



A corrupção prejudica a credibilidade do sistema de justiça

PARA CREDIBILIZAR OS TRIBUNAIS “Supremo” defende exclusão de magistrados corruptos

Notícias, 05.04.2018, Pág. 01, ed. 30, 326

OS tribunais devem assumir-se como “saídas de emergência” no combate à corrupção, pelo que não devem alojar magistrados e funcionários corruptos. O apelo é do presidente do Tribunal Supremo, que considera fundamental que os corruptos sejam expurgados de modo a manter o sistema limpo, credível e confiável aos olhos da sociedade e dos cidadãos.

Adelino Muchanga falava ontem na cidade de Chimoio, na abertura da sessão ordinária do Conselho Judicial, que decorre até amanhã. Segundo ele, “para os casos de corrupção envolvendo magistrados e funcionários judiciais, a tolerância é zero”.

Considera que não faz sentido que os tribunais, enquanto instituições para onde são encaminhados os processos sobre corrupção, mantenham indivíduos ligados a esta teia, o que segundo ele “mancha a reputação que é desejável para a construção da confiança dos cidadãos”.

“Os tribunais devem ser a saída de emergência no combate à corrupção. Por isso, neles a tolerância é zero quando identificados os focos deste fenómeno, pois não podemos ter o poder de julgar quando nós próprios temos um comportamento

moral repreensível. Por isso temos vindo a tomar medidas radicais para expurgar das fileiras da magistratura judicial os magistrados com práticas negativas”, disse Muchanga.

Nesta perspectiva, revelou que, desde 2017, foram expulsos seis juizes, sendo três no ano passado e igual número no corrente, havendo outros que estão em investigação para a tomada de medidas.

“A corrupção é absolutamente intolerável na magistratura, por isso temos mão dura contra colegas refractários. O cidadão exige cada vez mais de nós e esta exigência é maior no momento da crise. Precisamente porque a crise é actual, os litígios surgem naturalmente, determinando uma maior procura pelos serviços dos tribunais. Perante este cenário, temos de redobrar esforços visando satisfazer os interesses dos que continuamente procuram os serviços da justiça, estabelecendo uma relação entre a confiança e a demanda, para que a justiça continue a ser o resguardo dos direitos e liberdades das pessoas”, explica o presidente do “Supremo”.

Segundo ele, mais do que olhar para o desempenho quantitativo, é preciso avaliar se se tem sabido realizar a missão de garantir a in-

clusão e harmonia social, ou seja, se foram ampliados os meios de acesso à justiça, se os tribunais têm instrumentos de pacificação social, por serem alternativas à violência e à justiça pelas próprias mãos”.

“A justiça não deve agir cegamente a coberto da urgência, sob pena de aumentar os riscos de erro judiciário, mas deve ser respeitado o tempo da justiça no sentido de que, para cada processo, deve ter o tempo necessário para uma correcta decisão”, destacou.

Ressalvou que, entre o tempo que medeia as duas sessões ordinárias do Conselho Judicial, tem sido visível o trabalho zeloso e abnegado desenvolvido pela administração da justiça nos diversos níveis de órgãos jurisdicionais, apesar de todos os constrangimentos que se impõem ao sector. Por isso, foram premiados os melhores magistrados e funcionários que se evidenciaram no exercício da sua nobre missão.

Durante três dias, o Conselho Judicial vai analisar os relatórios dos tribunais judiciais referentes a 2017, a participação emolumentar para os magistrados e funcionários do Tribunal de Menores da cidade de Maputo e a informação sobre a prestação de contas pelas delegações do Cofre dos Tribunais.